

Artigo

## Inserção das cooperativas na cadeia do agronegócio: modelos estratégicos de fomento à geração de renda e à segurança empreendedor

Insertion of cooperatives in the agribusiness chain: strategic models for promoting income generation and entrepreneurial security

Elivan Alves Silva<sup>1</sup> & José Cezario de Almeida<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduação em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande e Mestre em Gestão Sistemas Agroindustriais pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal, Paraíba, Brasil. E-mail: elivanufcg@gmail.com.

<sup>2</sup>Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal, Paraíba, Brasil. E-mail: cezarioja@hotmail.com.

Submetido em: 28/05/2024, revisado em: 15/06/2024 e aceito para publicação em: 29/06/2024.



**Resumo:** O cooperativismo pode ser denominado como uma forma de organização cuja finalidade é promover a união de pessoas com propósitos semelhantes tendo como base valores como solidariedade e ajuda mútua, propiciando que o objetivo comum se sobressaia aos objetivos individuais de seus membros. Já as cooperativas agropecuárias constituem um empreendimento, onde é possível atender a toda cadeia produtiva: cultivo, colheita, tratamento, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos. Estes negócios têm como principal objetivo organizar, em comum acordo e maior escala, os serviços dos seus associados, reunindo em sua composição agricultores, pecuaristas ou pescadores. Dessa forma, a presente pesquisa visa a realização de um estudo de caso da Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano, localizada no Sítio São João, na Zona Rural de Pombal/PB, Estado da Paraíba, relatando todos os atos desde antes da fundação da cooperativa até os últimos eventos. Além disso, pretende-se analisar as normas técnicas que balizam a implantação, registro e licença das cooperativas brasileiras, buscando entender todo processo de criação da cooperativa pelos cooperados. Para tanto, o estudo se utilizou de uma pesquisa documental e bibliográfica para coleta dos dados, bem como, um estudo de caso. Analisou-se as principais legislações brasileiras relativas à temática, teceu-se um histórico acerca das cooperativas e do cooperativismo rural, abordou-se sobre os principais desafios da inovação e incentivo ao agronegócio no Brasil, além de apresentar um estudo de caso de uma Cooperativa no Município de Pombal, Estado da Paraíba. Os resultados obtidos demonstraram o sucesso dessa modalidade de empreendimento, mesmo diante de inúmeras dificuldades, como, por exemplo, a falta de segurança empreendedora.

**Palavras-chave:** Agronegócio; Cooperativas; Segurança empreendedora.

**Abstract:** Cooperativism can be described as a form of organization whose purpose is to promote the union of individuals with similar goals, based on values such as solidarity and mutual aid, allowing the common objective to prevail over the individual goals of its members. Agricultural cooperatives, on the other hand, constitute an enterprise where it is possible to address the entire production chain: cultivation, harvesting, treatment, processing, industrialization, and marketing of products. These businesses aim to organize, by common agreement and on a larger scale, the services of their members, bringing together farmers, livestock breeders, or fishermen. Thus, the present research aims to conduct a case study of the "Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano," located in Sítio São João, in the rural area of Pombal/PB, State of Paraíba, detailing all the acts from before the cooperative's foundation to the latest events. Additionally, the study intends to analyze the technical standards that guide the establishment, registration, and licensing of Brazilian cooperatives, seeking to understand the entire process of creating the cooperative by its members. To achieve this, the study used documentary and bibliographic research for data collection, as well as a case study. The main Brazilian legislations related to the subject were analyzed, a historical overview of cooperatives and rural cooperativism was provided, and the main challenges of innovation and support for agribusiness in Brazil were discussed. Furthermore, a case study of a cooperative in the Municipality of Pombal, State of Paraíba, was presented. The results obtained demonstrated the success of this type of enterprise, even in the face of numerous difficulties, such as the lack of entrepreneurial security.

**Key words:** Agribusiness; Cooperatives; Entrepreneurial security.

### 1 Introdução

O cooperativismo pode ser conceituado como um movimento que busca gerar uma sociedade em base democrática, por meio da cooperação e, também, um sistema socioeconômico que preconiza a associação

voluntária de pessoas, com vista a satisfazerem objetivos comuns. Mediante um modelo de negócio, as necessidades e interesses econômicos dos membros são realizados pela intermediação com o mercado e o Estado (OCB, 2020).

Surgindo no século 18, na Inglaterra, o cooperativismo foi a solução para o problema enfrentado pelos operários após a Revolução Industrial, quando a mão de obra perdeu valor. Esse movimento pode ser denominado como uma forma de organização cuja finalidade é promover a união de pessoas com propósitos semelhantes tendo como base valores como solidariedade e ajuda mútua, propiciando que o objetivo comum se sobressaia aos objetivos individuais de seus membros.

No Art.º 4 do Capítulo II da Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 é possível encontrar a definição do que é cooperativa: “[...] sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades por possuir características e princípios próprios (BRASIL, 1971).

A primeira experiência do cooperativismo brasileiro começa desde o final do século XIX, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeiras – SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe – Estado de Pernambuco, em 1894. A partir de 1902, surgem as primeiras experiências das caixas rurais do modelo Raiffeisen, no Rio Grande do Sul e, em 1907, são criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais (OCB, 1996).

O movimento cooperativista brasileiro floresce a partir de 1932, motivado por dois pontos: a) o estímulo do Poder Público ao cooperativismo identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; b) promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação (Pinho, 1996).

No caso das cooperativas agrícolas, as primeiras iniciativas foram formadas por colonos e lavradores no início do Século XX, buscando aumentar a pequena produção, recebendo influências da emigração europeia, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste. A partir dos anos 1960, esse ramo do cooperativismo foi fomentado pelo Estado brasileiro como instrumento moderno e inovador para a agricultura, o que favoreceu o surgimento de grandes cooperativas no ramo empresarial agropecuário (Christoffoli, 2010).

No Brasil, as cooperativas agrícolas, ao longo da primeira metade do século XX, não apenas se mostraram como as mais importantes em termos de volume de negócio como também foram as principais responsáveis pela difusão do ideário cooperativista no país. Ademais, a literatura acusa que o referido ideário cooperativista ou conjunto teórico doutrinário do movimento foi utilizado como instrumento ideológico do Estado, a serviço de um Estado conservador e autoritário. (Silva, 2003)

O entendimento acerca da composição de uma cooperativa assemelha-se uma da outra, no entanto as mesmas apresentam uma classificação diferenciada de acordo com o seu foco de atuação. Na sociedade cooperativa, existem três classificações específicas conforme os objetivos e dimensões desta, classificadas como singular ou de 1º grau, central ou de federação ou de 2º grau e confederação ou de 3º grau. Também é exposto a classificação de cooperativa popular ou de trabalho, de

serviço ou de mão-de-obra, centralizada e descentralizada, conforme os itens a das próximas seções. (Reus et al, 2015)

De acordo com Brasil Cooperativo (2008), as cooperativas de 1º grau têm por objetivo prestar serviços diretamente aos seus associados. Constitui-se por um mínimo de vinte pessoas físicas, e a admissão de pessoas jurídicas que praticam atividades econômicas iguais ou similares das que as pessoas físicas que integram a cooperativa não é permitida. Uma das características mais marcantes das cooperativas é a gestão democrática e livre. Os membros, tem participação ativa nas políticas e tomadas de decisões. Os homens e mulheres, que são eleitos os representantes dos demais membros, tem responsabilidade por estes. Os membros têm direito igual de voto, ou seja, um membro, um voto. Já as Cooperativa de 2º Grau têm por finalidade, “organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços”. Deve ser constituída por no mínimo três cooperativas singulares, e como exceção, a admissão de pessoas físicas é permitido. As de 3º organizam em comum e em maior escala os serviços das filiadas. A quantidade mínima para constituir uma confederação é de três cooperativas centrais e ou federações.

Além das classificações específicas, as cooperativas se organizam em ramos que, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) são: Cooperativas Agropecuárias, Cooperativas de consumo, Cooperativas de Crédito, Cooperativas Educacionais, Cooperativas Especiais, Cooperativas Habitacionais, Cooperativas de Minerais, Cooperativas de Produção, Cooperativas de Infraestrutura, Cooperativas de Trabalho, Cooperativas de Saúde, Cooperativas de Transporte e Cooperativas de Turismo e Lazer.

A primeira cooperativa do mundo e também do Brasil foi a de consumo, que tem como atividades estoques de bens de consumo e operam em negócios varejistas tais como farmácias, supermercados, postos de combustíveis e demais atividades como fornecedores de insumos e suprimentos, tais como roupas, alimentos, medicamentos e outros artigos. Esse mecanismo permite uma distribuição ao seu quadro social em condições mais vantajosas de preço.

Já as cooperativas agropecuárias são um empreendimento, onde é possível atender a toda cadeia produtiva: cultivo, colheita, tratamento, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos. Estes negócios têm como principal objetivo organizar, em comum acordo e maior escala, os serviços dos seus associados, reunindo em sua composição agricultores, pecuaristas ou pescadores.

Para o funcionamento e gerenciamento legal das cooperativas, sua regulamentação é gerenciada pela Constituição Federal, pelo Novo Código Civil e também pela Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo). Nelas estão descritas as principais regras que regem o modelo cooperativista brasileiro. O Art. 1º da Lei 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971 traz o ideal da política que rege as cooperativas brasileiras [...] “Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou

coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.” (Brasil, 1971)

Após uma breve discussão sobre os fundamentos introdutórios de nossa análise, iremos discorrer em sequência sobre a inserção das cooperativas na cadeia do agronegócio. Como modelo de estudo será usada uma cooperativa agroindustrial de Pombal-PB, onde foi realizada uma pesquisa de campo para corroborar com o desenvolvimento do trabalho.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 História do cooperativismo e desenvolvimento rural

A trajetória da cooperação remonta a períodos significativos da história da humanidade. Para compreender melhor o conceito de cooperativismo, é essencial realizar uma breve explanação sobre suas origens e desenvolvimentos.

(i) cooperar significa trabalhar simultânea ou coletivamente com outras pessoas em busca de um objetivo comum; (ii) cooperativa é a associação de produtores, fabricantes, trabalhadores ou consumidores que se organizam em empresas econômicas, com o objetivo de satisfazerem uma variada gama de necessidades; (iii) cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo sócio-econômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais sociais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. O sistema é fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. (REISDORFER, 2014)

Na atualidade boa parte dos textos sobre cooperativismo remetem a lendária experiência dos “Pioneiros de Rochdale” e de outros precursores, ressaltando a origem do cooperativismo como um movimento alternativo e de oposição ao capitalismo concorrencial do século XIX. E muitos cooperativistas ainda aproveitam essa alusão para frisar a necessidade, de operários e pequenos produtores autônomos se unirem em organizações agropastoris (HERBERS, 1989). É possível observar tal teoria analisando os conceitos expostos por Vicentino (1989). Onde, segundo ele, o trabalhador é alienado, sendo este um dos principais dramas durante a revolução industrial, tornando o cooperativismo um escape para tal forma de alienação:

Um dos grandes dramas do processo da Revolução Industrial foi à alienação do trabalhador em relação à sua atividade. Ao contrário do artesão da Antiguidade ou da Idade Média, o operário moderno perdeu o controle do conjunto da produção. Passou a ser responsável

por apenas uma parte do ciclo produtivo de uma mercadoria, ignorando os procedimentos técnicos envolvidos. Além disso, recebendo “salário” em troca da atividade mecânica realizada, o operário alienava o fruto de seu trabalho ao capitalista, transformando-o em mercadoria sujeita ao mercado. (VICENTINO, 2001)

O surgimento do cooperativismo moderno coincidiu com a Revolução Industrial. À medida que a industrialização avançava, a substituição gradual do trabalho manual por maquinário intensificava as disparidades entre os setores sociais, com um aumento notável na reserva de trabalhadores industriais. Diante dessa realidade, começaram a surgir movimentos de resistência contra a exclusão social e a pobreza, promovendo alternativas mais igualitárias na distribuição de bens, incluindo a proposta de formação de cooperativas. Bialoskorski Neto (2006) comenta que em uma realidade de pobreza e exploração trabalhista, o trabalhador era submetido a uma jornada excruciante de 17 horas diárias, passando fome e não contando com nenhum benefício social, em um mundo de desemprego, carestia e miséria, que levava alguns pensadores econômicos da época à revolta.

Surgem, então, alguns pensamentos diferenciados, como: ‘A cada um, de acordo com seu trabalho’, e ‘A cada um, segundo a sua capacidade; a cada um, segundo as suas necessidades’. Esses pensamentos e a preocupação com a situação social, aliado a uma revolta contra a propriedade privada e à livre concorrência, fazem nascer um grupo de socialistas, chamados utópicos (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p.22).

Seguindo esse princípio, as cooperativas desempenhariam um papel crucial na emancipação dos trabalhadores, permitindo-lhes transcender a condição de meros prestadores de serviço para empregadores. Ao optarem por produzir para si mesmos, os trabalhadores se tornariam proprietários e controladores do resultado final de seu trabalho. Nesse contexto, destaca-se a criação da primeira cooperativa pelos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, no século XIX. Originada da iniciativa de 28 tecelões, essa cooperativa estabeleceu um armazém regido por normas estatutárias. Seus objetivos incluíam a aquisição conjunta de gêneros alimentícios, a construção de habitações a preços acessíveis, o desenvolvimento de estabelecimentos industriais e agrícolas para atender às necessidades dos trabalhadores, assegurando emprego, educação, comercialização e, por fim, a consecução da cooperação integral. (PINHO, 1997)

A história evidencia que as ideias cooperativistas ganharam firmeza em contextos desafiadores. Com o avanço das práticas industriais e a redução da atividade artesanal, a exploração da mão de obra tornou-se predominante. Nesse cenário, o cooperativismo emergiu como uma resposta para atenuar os impactos econômicos e sociais resultantes dessas transformações, buscando aliviar os desafios enfrentados pelos indivíduos da época. Analisando o ponto de inserção

das cooperativas no meio do agronegócio, é de fácil observação a 4uperavit4a do coopetaivo na agricultura familiar, e no fomento das agroindustrias.

De maneira ampla, a Lei 11.326, datada de 24 de junho de 2006, estabelece os parâmetros da agricultura familiar. Essa definição abrange a realização de atividades no meio rural, a posse de área de terra inferior a quatro módulos fiscais, a utilização de mão de obra proveniente da família, a obtenção da renda familiar predominantemente das atividades da propriedade e a gestão conjunta da propriedade com a participação dos membros familiares.

Lamarche (1993) fortalece a concepção de agricultura familiar como uma unidade de produção agrícola, destacando a estreita ligação entre propriedade e trabalho, intrinsecamente entrelaçados com a dinâmica familiar. Silvestro et al. (2001) percebem essa organização como antagonista aos princípios capitalistas, uma vez que a residência e o local de trabalho se confundem, eliminando a distinção entre vida familiar e atividade comercial. Assim, a propriedade rural é simultaneamente lar e empresa, o dono do estabelecimento desempenha os papéis de chefe e pai, e os demais residentes são tanto familiares quanto colaboradores, coexistindo no mesmo tempo e espaço.

De fato, o cooperativismo tem sido reconhecido na literatura como uma ferramenta crucial para integrar os pequenos agricultores à dinâmica produtiva. Essa abordagem visa otimizar os resultados, possibilitando economia de escala e proporcionando condições mais competitivas. (PIRES et al 2009).

A efetivação da agricultura familiar, por meio do cooperativismo, emerge como um aspecto especialmente relevante na atual fase de globalização econômica. Nesse contexto, a garantia da produção, submetida a rigorosos padrões de qualidade, abrangendo desde a aparência até os processos de rastreabilidade, embalagem e transporte dos produtos, destaca-se como um requisito indispensável para a inserção bem-sucedida desses produtos nos mercados

## 2.2 Impacto das cooperativas na economia regional

O progresso econômico é uma maneira de impulsionar as potencialidades e capacidades locais. O cooperativismo surge como uma alternativa para promover o desenvolvimento local, visto que representa uma estratégia que fomenta o envolvimento, a participação e o comprometimento dos diversos atores envolvidos. (REIS, 2006)

A adesão a cooperativas possibilita aos produtores rurais obterem um valor mais elevado pela venda de seus produtos, reduzir os custos relacionados aos insumos agrícolas e contar com a prestação de assistência técnica especializada por parte da própria cooperativa. Nesse cenário, a oferta de assistência técnica por parte das cooperativas possibilita uma transferência mais abrangente de tecnologia em comparação com os produtores que não participam dessas organizações (CECHIN, 2014). Conseqüentemente, os cooperados tendem a adotar uma gestão mais eficiente dos insumos de produção, influenciando positivamente os níveis de produtividade, e conseguem comercializar seus produtos a preços mais

vantajosos. Em resumo, produtores vinculados a cooperativas têm a tendência de alcançar um desempenho econômico superior em comparação com aqueles que não participam desse modelo de organização.

Podemos considerar que a estreita relação entre ambos está vinculada ao fato de o cooperativismo persistir, até os dias atuais, como um recurso significativo da extensão rural para efetivar as políticas agrícolas junto aos agricultores. Essa abordagem não apenas otimiza as ações públicas, mas também se beneficia da organização prévia de grupos. Adiciona-se a esses dois fatores a confiança na fórmula cooperativa, que tem o poder de unir os agricultores em torno de interesses comuns, sendo capaz de gerar trabalho e renda. Além disso, devido à sua ligação territorial, contribui para dinamizar a região. (LINS et al, 2018)

O cooperativismo se fundamenta em princípios universais, caracterizando-se como uma organização de indivíduos orientados por valores de ajuda mútua e objetivos comuns a todos. Referindo-se à natureza peculiar dessa forma de organização, Lago e Silva (2011) mencionam uma dupla perspectiva. Por um lado, destaca-se a necessidade de gerar resultados econômicos positivos para assegurar o funcionamento operacional e atender às demandas da cooperativa e de seus membros. Por outro lado, observam-se as implicações sociais subjacentes às ações da cooperativa, visando promover o desenvolvimento de seus associados.

Na realidade, a associação do cooperativismo aos conceitos de laços sociais, solidariedade, sentimento de pertencimento e raízes locais fornece elementos para refletir sobre o território e o desenvolvimento local. Nessa perspectiva, é plausível considerar que:

A participação efetiva dos sócios (das cooperativas) nos processos sociais associa-se a uma inserção territorial(...). As cooperativas permitem o aproveitamento dos recursos autóctones, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento de formas de comportamentos democráticas e reforçam o interesse pela coletividade (MARTÍNEZ; PIRES, 2002).

Pode-se afirmar que os empreendimentos ligados à agricultura familiar encontram maior viabilidade quando os agricultores se associam em cooperativas. O cooperativismo, nesse contexto, representa a institucionalização de um espaço que abrange dimensões sociais, políticas e econômicas, proporcionando aos agricultores a oportunidade de maximizar seu potencial produtivo e implementar ações voltadas aos interesses do grupo. Isso inclui, especialmente, iniciativas destinadas a uma inserção mais competitiva nos mercados locais, regionais, nacionais e globais. (LINS et al, 2018)

Com efeito, o cooperativismo vem sendo identificado na literatura como um instrumento importante na integração dos pequenos agricultores à dinâmica produtiva, maximizando os resultados, permitindo uma economia de escala e condições de concorrência (PIRES et al 2009). Conforme ressaltado por Flores (2002), os produtos tradicionais oriundos da agricultura familiar podem conquistar uma presença mais expressiva nos

mercados local, nacional e internacional, contanto que os agricultores disponham das condições necessárias para se organizarem e controlarem suas associações de forma autônoma.

A viabilização da agricultura familiar por meio do cooperativismo parece ganhar uma particular importância na atual conjuntura de globalização da economia, quando a manutenção da produção sob rigorosos controles de qualidade se impõe como um requisito essencial para a inserção dos produtos nos mercados. (LINS et al, 2018)

Desta forma, o sistema cooperativo pode influenciar no desenvolvimento regional, visto que eleva a movimentação econômica de pequenos municípios. Segundo Gianezine et al (2013) o setor do agronegócio tem despertado significativo interesse na promoção do desenvolvimento regional, especialmente devido às transformações ocorridas, as quais têm compelido as organizações a se ajustarem a uma nova realidade competitiva.

Assim, o desenvolvimento local, diferenciando-se de uma abordagem genérica, passa a estar ligado à qualidade de vida, à preservação ambiental e ao crescimento sustentável nos âmbitos econômico, social e ambiental. Essa concepção implica a necessidade de uma concertação social, isto é, uma coordenação de interesses entre diversos atores da sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais, empresários e a igreja, todos engajados na defesa de interesses comuns. Além da concertação social, outros conceitos se destacam, como capital social, empoderamento, território, identidade e governança, todos expressando laços sociais e relações próximas no esforço coletivo de construção da vida social. (GOMES, 2004).

### 2.3 Fomento à inovação no setor agroindustrial

Segundo Schallenberger (2003) instrumentalização técnica do agricultor para o trabalho, o aumento da produtividade, a introdução de novas culturas e a qualificação e adequação dos produtos ao mercado apresentaram-se como possibilidades para o desenvolvimento do setor agrícola. A transferência de informações tecnológicas para o setor agrário, buscando alterar uma situação específica nos países em desenvolvimento, representa um processo de mudança social direcionado pela aplicação de conhecimento técnico avançado. Esse fenômeno, que envolve necessidades externas aos grupos rurais, especialmente pequenos e médios produtores, pode ser compreendido como uma ação de extensão ou comunicação (FREIRE, 1984).

Até a década de 70, os agricultores familiares produziam alimentos tanto para consumo próprio quanto para a comercialização dos excedentes, visando adquirir itens que não eram produzidos na propriedade. Esse modelo garantia a subsistência da propriedade, sendo que todo o trabalho na propriedade era executado pela própria família.

Nas unidades familiares de produção, o sistema produtivo em geral, se assenta no trabalho da terra, realizado por uma família, e na produção primária, destinada prioritariamente à

satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo doméstico, composto pelos membros da família. Nessa forma de organização do trabalho e da produção, as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se complementam com outras atividades não-agrícolas, como o artesanato e o comércio, tornando as unidades Superavit5as (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2009)

A produção agrícola fica sujeita às demandas específicas dos processos de industrialização, que, por sua vez, estão diretamente ligados a requisitos específicos nas práticas agrícolas, nos insumos e nas maquinarias utilizadas pelos produtores. Assim, o crescimento industrial segue um processo de apropriação, no qual:

Dentro dos limites mutáveis definidos pelo progresso técnico, elementos discretos do processo de produção têm sido conquistados pela indústria... Assim, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial (ibid).

Conforme Puntel, Paiva e Ramos (2011, p. 6), a agricultura passou por evoluções, tornando-se uma atividade mais complexa que demandava novos esforços para sua compreensão. Nesse contexto, nas Ciências Agrárias, nas décadas de 1950 e 1960, emerge a abordagem dos Sistemas Agrários, com o propósito de contribuir para a compreensão do desenvolvimento agrícola.

A temática da inovação tecnológica desempenha um papel crucial quando se aborda a competitividade. Tradicionalmente, essa perspectiva é associada à busca por ganho econômico e geração de lucro, como destacado por Bignetti (2011). No entanto, o Brasil enfrentou atrasos no início de suas estratégias de desenvolvimento e mobilização por meio da inovação. Enquanto o conhecimento científico e a inovação assumiram papéis centrais e passaram por transformações radicais a partir da década de 1980, o Brasil só começou a se mobilizar nessa direção a partir de 2005, conforme apontado por Iacono, Almeida e Nagano (2011).

No Brasil, a inovação e o desenvolvimento tecnológico no setor de agronegócios assumem uma importância particular, dado o significativo papel desempenhado por esse setor na economia nacional. Desde 1997, o Brasil tem mantido um saldo comercial positivo no agronegócio, atingindo um Superavit de 75,1 bilhões em 2015, conforme dados do Agrostat (2016).

O relatório elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2015) destaca os seguintes itens como principais desafios e demandas identificados pela sociedade no âmbito do agronegócio:

- Capacidade operacional do sistema de Defesa Agropecuária;
- Capacidade para gerar, difundir e incorporar inovações tecnológicas sustentáveis e competitivas ao agronegócio;
- Necessidade de consolidação da Agroenergia como fonte de energia renovável sustentável e competitiva;
- Baixo valor agregado de boa parte da produção

- agropecuária brasileira (econômico e social);
- Necessidade de ampliação da inserção do agronegócio brasileiro no comércio internacional;
- Necessidade de consolidar e expandir instrumentos de política agrícola e abastecimento;
- Baixa eficiência do Sistema Cooperativista e Associativista no âmbito do agronegócio;
- Necessidade de incorporação e ampliação de sistemas sustentáveis e de práticas agropecuárias mais adequadas do ponto de vista ambiental;
- Sistematização, gestão e disponibilização em tempo hábil de informações e conhecimentos para uso interno e para apoio ao agronegócio.

As inovações tecnológicas no meio rural contribuem para o aumento dos lucros e a expansão da escala de produção agroindustrial. O apoio às máquinas e utensílios utilizados assegura maior precisão na colheita, prevenindo o desperdício.

#### 2.4 Desafios e oportunidades para as cooperativas agrícolas

As cooperativas agropecuárias desempenham um papel crucial na aprimoração da distribuição de renda nas áreas rurais, uma vez que têm a capacidade de agregar valor aos produtos agrícolas e fortalecer o poder de negociação dos produtores rurais em mercados relativamente imperfeitos. Essa dinâmica pode ser compreendida pela interação da agricultura, enquanto setor primário da economia, com mercados fortemente oligopolizados, como os de insumos, processamento de matérias-primas e distribuição de produtos acabados até o consumidor final. Por outro lado, os agricultores participam de um mercado caracterizado por uma estrutura bastante atomizada e altamente competitiva, colocando-os na posição de meros receptores de preços, tanto ao adquirir insumos quanto ao vender seus produtos. (GIMENES e GIMENES, 2007)

Conforme destacado por Jank e Bialoskorski Neto (1994: 4), as cooperativas são identificadas como estruturas intermediárias, com existência autônoma e independente de seus membros, mas voltadas ao atendimento das necessidades específicas das economias individuais dos cooperados. Ao contrário de uma empresa não cooperativa, como uma sociedade anônima, cujo objetivo principal é maximizar o retorno por unidade de capital investido, buscando exclusivamente o lucro do investidor, uma empresa cooperativa tem como propósito contribuir para a valorização da produção de seus cooperados, visando aprimorar sua qualidade de vida. Essa distinção nos objetivos finais deve ser especialmente considerada na gestão e constitui uma das características específicas das organizações cooperativas.

Schneider (1984) enfatiza que o cooperativismo deve, de maneira autêntica, praticar os valores e princípios cooperativos, com especial atenção para a elevação das condições materiais de vida através da melhoria da renda dos associados. A presença de cooperativas nessas áreas também está correlacionada a melhores preços para produtos agrícolas e custos mais baixos para insumos utilizados pelos produtores rurais, diferenças que podem ser significativas e trazer benefícios para toda a comunidade rural (Bialoskorski Neto, 1998b).

Conforme Michels (2000), para que uma cooperativa esteja verdadeiramente capacitada a proporcionar benefícios aos associados, é essencial que ela apresente três características fundamentais: autoajuda, autoresponsabilidade e autodeterminação democrática.

O cooperativismo, desde seus primórdios, orienta-se pelo princípio da autoajuda. Embora qualquer empresa que não seja de natureza individual baseie-se na premissa de que a associação de pessoas proporciona vantagens individuais por meio do sinergismo de esforços e habilidades, é no cooperativismo que essas vantagens se tornam mais evidentes. A autoresponsabilidade é uma decorrência intrínseca ao ato cooperativo, representando, sem dúvida, a principal distinção entre uma sociedade cooperativa e outros tipos de sociedades. A autodeterminação democrática fundamenta-se no princípio de que cada associado possui um voto, independentemente do capital que detenha na sociedade.

Jager (1992) identificou diversos desafios nas cooperativas agropecuárias brasileiras, referindo-se a eles como “quatro perigos”: a intervenção política, o oportunismo por parte dos cooperados, a interferência dos concorrentes e o paternalismo. Em particular, quanto ao oportunismo dos cooperados, Zylbersztajn (1994) oferece a seguinte explicação:

Como o cooperado também é um cliente da cooperativa, existe forte tendência de definição de posições de negócios que o beneficiem, em detrimento da corporação. Por ser o acesso às sobras menos importante do que a renda da venda do produto, o comportamento do cooperado reflete ação oportunista, pressuposto da Economia dos Custos de Transação. Não é correta a suposição de que este pressuposto deixa de existir pelo fato de se tratar de empresa cooperativa. A impossibilidade de sair do negócio sem perdas, diferente das empresas não-cooperativas, também cria condição de pouca atratividade para o cooperado investir em empresas dentro da estrutura da cooperativa. Finalmente, os elevados custos de negociação, que caracterizam o processo de tomada de decisões nas cooperativas, geram situações menos competitivas para esse tipo de corporação. Pequenas e grandes cooperativas tendem a reorganizar suas estruturas de modo a lidar com tais desafios. A completa separação entre propriedade e controle é demandada pela crescente presença de profissionais contratados no mercado, com experiência em gerenciamento de corporações não-cooperativas.

As cooperativas agropecuárias brasileiras estão adotando uma outra modalidade de capitalização. Esta abordagem é empregada quando o objetivo principal é obter acesso a capital externo. A cooperativa agropecuária abre seu capital de maneira indireta, estabelecendo alianças estratégicas com outras empresas não-cooperativas. Rodrigues (1997), ex-presidente da Aliança Cooperativista Internacional (ACI), descreve essa estratégia da seguinte forma:

A cooperativa define qual é o seu negócio, a sua

especialidade, e atua preponderante ou exclusivamente nessa área, junto à sua base. A cooperativa não sai de sua área de ação e atua com firmeza em serviços que sabe fazer bem. Em vez de se verticalizar cooperativamente, ou até complementarmente a essa forma de integração, ela se associa a outras cooperativas do mesmo ramo e de outras especialidades para criar empresas competitivas capitalistas. Essas empresas, dirigidas por profissionais, atuarão no mercado em busca de lucros e vantagens de interesse das cooperativas suas proprietárias, sem que sejam um modelo cooperativo. É o caso da criação de tradings, bancos e seguradoras já em andamento, ou até do desdobramento de grandes cooperativas singulares ou centrais em conjunto de empresas associadas e independentes. Cria-se uma holding de empresas de propriedade de uma ou mais cooperativas.

Dessa forma, os cooperados poderão apoiar a cooperativa ou as reivindicações de outros produtores organizados em sindicatos de cooperadores. A organização em sistema cooperativo permite maior segurança e benefícios aos seus associados. O Sindicatos das Cooperativas Brasileiras busca garantir os direitos de seus associados, viabilizando seu funcionamento no cenário nacional.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

#### 3.1 Objeto de estudo

O objeto de estudo central desta pesquisa consiste na realização de um estudo de caso da Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano, localizada no Sítio São João, na Zona Rural de Pombal/PB, Estado da Paraíba, relatando todos os atos desde antes da fundação da cooperativa até os últimos eventos. Além disso, pretende-se analisar as normas técnicas que balizam a implantação, registro e licença das cooperativas brasileiras, buscando entender todo processo de criação da cooperativa pelos cooperados.

Os resultados obtidos no presente trabalho objetivam ainda lançar luz para uma compreensão mais aprofundada acerca do bom exemplo da Cooperativa Fonte do Sabor e das implicações da legislação brasileira na regulamentação das cooperativas agroindustriais, servindo como base e fonte de pesquisa para trabalhos futuros.

#### 3.2 Natureza e fontes de dados

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos a partir visita à cooperativa e de entrevistas com a cooperada Maria da Paz, a principal incentivadora e responsável pelo sucesso da Cooperativa, confrontando os dados e informações obtidas com a Legislação em vigor no Brasil, bem como, com a bibliografia aplicável ao assunto.

Para o levantamento, análise e coleta de trabalhos científicos foram utilizadas as plataformas Google Acadêmico, Scielo, Portal de Periódicos Capes e repositórios oficiais de Universidades e Faculdades

nacionais. No que concerne às normas jurídicas federais, a coleta dos dados utilizados para a presente pesquisa ocorreu por meio do repositório oficial de normas federais.

#### 3.3 Procedimentos metodológicos

Para que a realização do presente trabalho se tornasse possível foi utilizada a pesquisa Documental e Bibliográfica, tomando por base livros, trabalhos científicos, fontes legislativas e normas técnicas, além de um Estudo de Caso aprofundado acerca de uma cooperativa agroindustrial, localizada na cidade de Pombal, Estado da Paraíba, de nome “Fonte de Sabor”, coletando dados a partir de entrevistas com membros da cooperativa, tornando-se possível a construção dos resultados para o presente estudo.

A pesquisa bibliográfica é essencial para embasar teoricamente e justificar os limites e resultados de uma pesquisa. É considerada a base para trabalhos científicos originais nas Ciências Humanas e geralmente é o primeiro passo em qualquer pesquisa científica (CERVO E BERVIAN., 1996, p. 48).

Além disso, a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador ter acesso direto a tudo que foi publicado, dito ou filmado sobre um determinado conteúdo, incluindo conferências e debates. Por outro lado, a pesquisa documental utiliza fontes de dados primárias, compiladas no momento do fato ou algum tempo depois, que não foram tratadas especificamente para o tema do estudo. A pesquisa bibliográfica abrange a bibliografia já publicada sobre o tema, enquanto as pesquisas documentais têm objetivos específicos, buscando obter dados em resposta a um problema determinado (CARVALHO ET. AL., 2019, p. 38).

Com relação ao estudo de caso, trata-se de um método de pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos em seu ambiente real, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, há mais variáveis de interesse do que pontos de dados, se baseia em várias fontes de evidências e há proposições teóricas para conduzir a coleta e análise dos dados (YAN, 2001, p. 25).

Inicialmente foi realizado um estudo bibliográfico e histórico sobre o tema suscitado, além da reunião de legislações brasileiras aplicáveis à temática. Nessa perspectiva, conceitos aprofundados acerca das cooperativas industriais foram trazidos com o intuito de tornar ainda mais sólido o estudo em comento.

Em seguida, dados foram levantados com base em uma coleta minuciosa, por meio do estudo da Cooperativa Fonte do Sabor do Sertão Paraibano, localizada no Município de Pombal, Estado da Paraíba. Nesse ponto, um histórico detalhado acerca do processo de fundação da cooperativa foi realizado, fornecendo, inclusive, informações a respeito da modificação de Associação para Cooperativa.

Por fim, os dados coletados foram confrontados com a legislação vigente, bem como, com todo o conteúdo estudado e materiais reunidos, com o intuito de entender como as cooperativas podem ser inseridas na cadeia do agronegócio, sendo capazes de gerar renda com segurança no empreendimento.

### 3.4 Delimitação da pesquisa

A presente pesquisa encontra os seus limites na análise de normas legais em nível federal, debruçando-se em um estudo de caso de uma Cooperativa localizada no Município de Pombal, Estado da Paraíba, a qual, através de informações e dados coletados com um de seus dirigentes, constitui o ponto central desta pesquisa.

Cumprir salientar que não foram utilizadas legislações aplicáveis em outros países. Além disso, legislações específicas de cada ente federativo também não foram consideradas para os fins desta pesquisa. Ademais, também não se espera, com este estudo levantar questões como estimativa de custos, propositura de projetos ou viabilidade econômica.

### 3.5 Análise dos dados

Os dados foram obtidos através de duas vertentes distintas: a primeira por meio de uma revisão bibliográfica, documental, onde, a partir de uma leitura e interpretação minuciosa do conteúdo, tornou-se possível entender profundamente acerca das cooperativas agroindustriais, suas funções e processo de criação.

A segunda vertente de coleta, tornou-se possível através de uma entrevista com um dos dirigentes da Cooperativa Fonte de Sabor, objeto de estudo desta pesquisa. Onde, os dados coletados foram analisados para construção deste trabalho.

Os dados e informações coletados foram ainda confrontados com a legislação brasileira aplicável ao assunto, permitindo uma análise mais criteriosa acerca das cooperativas agroindustriais no Brasil.

### 3.6 Procedimento e critérios de coleta de dados

O procedimento de coleta de materiais e trabalhos científicos para embasamento da pesquisa foi realizado por meio das plataformas: Scielo, Google Acadêmico, Portal de Periódicos Capes e bancos oficiais de Universidades Nacionais, guiados pelos descritores: “Cooperativas”; “Agronegócio” e “Segurança Empreendedora”; utilizados tanto individualmente, como combinados entre si.

Quanto as normas técnicas utilizadas, foram selecionadas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, listadas no endereço eletrônico: <https://www.abntcatalogo.com.br/>, como critério de inclusão, foi utilizado a busca pelos parâmetros descritos adiante.

No parâmetro “Palavra”, realizou-se a pesquisa a partir dos termos: “Cooperativas”, “Agronegócio” e “Segurança Empreendedora”, onde também foi feita a busca dos termos no plural, quando existentes, e ainda, combinados entre si. Realizada a busca, selecionou-se as normas e trabalhos pertinentes ao tema, descartando as que não apresentavam relação com o assunto da pesquisa e utilizando as que demonstravam ligação com o tema.

Quanto aos demais parâmetros, permaneceram em branco, para darmos maior amplitude às buscas. Os parâmetros “Comitê” e “ICS/CIN” foram marcados como <TODOS>, e o status “Em Vigor”, para obtermos as normas mais atuais e em vigência. No tocante ao critério de exclusão, foram excluídas as normas canceladas ou

revogadas, bem como, os trabalhos que não apresentavam estreita relação com o tema da pesquisa.

### 3.7 Procedimento de análise de viabilidade

O primeiro ponto foi verificar a possibilidade de contatar e conseguir informações acerca da Cooperativa Fonte de Sabor, já que se trata de um estudo de caso específico. Onde, através de uma entrevista pessoal, os dados para construção deste estudo foram coletados para posterior análise. Após isso, também foram realizadas pesquisas em bases de dados jurídicas e técnicas, como Legislações Federais e normas da ABNT, além de outras fontes científicas.

Após isso, identificadas as normas aplicáveis à pesquisa, foi feita uma análise conjunta de todo o material, para entender se o estudo seria, de fato, viável. Para isso, levou-se em consideração: papel dos parceiros e pessoas envolvidas, principalmente na coleta de dados; compatibilidade temporal; viabilidade financeira e técnica; respeito às normas legais.

A análise da participação das cooperativas agropecuárias no contexto da distribuição de renda nas áreas rurais revela um papel estratégico na transformação da dinâmica econômica. A capacidade dessas cooperativas de agregar valor aos produtos agrícolas não apenas fortalece a posição dos produtores rurais, mas também desempenha um papel crucial na mitigação das disparidades inerentes às estruturas de mercado.

Ao atuarem como agentes de agregação e processamento, as cooperativas agropecuárias proporcionam uma resposta eficaz às características oligopolísticas presentes em diferentes etapas da cadeia produtiva. A concentração de poder em setores como insumos e processamento de matérias-primas frequentemente coloca os agricultores em desvantagem nas negociações, resultando em preços menos favoráveis. As cooperativas, ao unirem esforços e recursos, possibilitam aos produtores rurais uma posição de maior influência, reequilibrando a balança nas transações comerciais.

Além disso, a intervenção cooperativista não apenas agrega valor, mas também promove a capacidade de negociação coletiva. A formação de uma frente coesa permite que os agricultores enfrentem os desafios de um mercado altamente competitivo, consolidando sua presença e influência. Essa abordagem colaborativa não apenas beneficia economicamente os membros da cooperativa, mas também contribui para a construção de comunidades rurais mais resilientes e sustentáveis.

No entanto, é fundamental destacar que os benefícios das cooperativas agropecuárias não se limitam apenas ao aspecto econômico. Elas desempenham um papel crucial na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, na disseminação de conhecimento e tecnologia e na construção de laços sociais sólidos entre os membros.

Portanto, considerando a complexidade das relações no setor agropecuário, as cooperativas emergem como catalisadoras de mudanças positivas, proporcionando não apenas ganhos econômicos, mas também promovendo uma distribuição mais equitativa dos benefícios do agronegócio nas áreas rurais. Este entendimento reforça a importância contínua do apoio a

iniciativas cooperativistas como um instrumento essencial para o desenvolvimento rural sustentável e aprimoramento da distribuição de renda.

Por essa razão, o presente estudo buscou entender, na prática, como tal dinâmica se tornaria possível, passando então a analisar o processo de fundação, história, desenvolvimento e desafios da Cooperativa Fonte de Sabor, localizada no Sítio São João, Zona Rural do Município de Pombal, Estado da Paraíba.

Toda a coleta de dados foi realizada através de uma entrevista pessoal com uma das fundadoras (conhecida como Dapaz) da Cooperativa Fonte de Sabor. De acordo com a entrevistada, o empreendimento foi fundado no ano de 2002, como Associação, passando ao status de Cooperativa, apenas no ano de 2022 (vinte anos depois).

A primeira finalidade da Associação era o acesso à terra, ou seja, um espaço físico onde os associados, por meio do programa antigamente intitulado “Banco da Terra”, e hoje conhecido como Programa Nacional de Crédito Fundiário, conseguiriam trabalhar. A partir desse programa, 15 (quinze) famílias (juntas) teriam o direito de adquirir a terra, onde jovens e mulheres (que não possuíam renda), utilizariam o espaço para desenvolver atividades voltadas à geração de renda para aqueles indivíduos.

Apenas no ano de 2006, a então Associação recebe o primeiro projeto do “Cooperar” (Órgão Governamental responsável direto pela execução de políticas e projetos de desenvolvimento rural sustentável, voltado para a redução dos níveis de pobreza rural), por meio de uma linha de crédito conhecida como PRPR (Programa de Redução à Pobreza Rural), chegando para os associados a condição de construir as primeiras edificações e maquinários.

A partir disso, a entrevistada reuniu-se com mais 3 (três) mulheres associadas, onde, cada uma entrou com a quantia de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), para a compra das primeiras frutas. As frutas compradas serviriam para a confecção de polpas, e posterior comercialização destas últimas.

Segundo os relatos da entrevistada, muitas foram as dificuldades e desafios enfrentados nessa etapa inicial, destacando principalmente: a falta de um transporte para venda do material (polpas) produzido, tendo que se valer de caronas, para venda de porta em porta pela região; e ainda, tendo que lidar com uma comunidade que não acreditava no sucesso do empreendimento.

Durante esse período, surgiu a oportunidade de ingressar no Projeto de Compra Direta da Agricultura Familiar (hoje intitulado PAA – Programa de Aquisição de Alimentos), criado pelas Prefeituras Municipais, com o objetivo de favorecer a venda e comercialização dos produtos de agricultores locais.

Para a Associação, esse foi o primeiro canal de compra direta para comercialização das polpas. A partir disso, vários outros moradores locais foram também se interessando e aderindo ao sistema de cooperativismo por entenderem que a agroindústria teria seus benefícios.

Com o PAA, outros programas foram surgindo, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que hoje constitui o “carro-chefe” do

empreendimento. Com a boa adesão a esses programas, o agronegócio da Fonte de Sabor foi crescendo e ganhando ainda mais espaço, tendo ainda mais mão de obra e boa aceitação pela comunidade e pelos associados, que passaram a acreditar no trabalho em conjunto.

Após tantos anos de Associação, em Junho de 2022, passou ao status de Cooperativa, ganhando ainda mais espaço no mercado e recebendo mais um projeto do Cooperar (somando quatro no total), para instalação de energia solar e implantação de mais de 5 (cinco) mil mudas de frutas (goiaba, caju e manga), com o objetivo de reduzir as compras externas de frutas e possibilitar a criação de novos empregos dentro da cooperativa.

Hoje a então Cooperativa Fonte de Sabor conta com 1 (um) ano de registro, conforme documentação de constituição anexa (ANEXO D), contando com SIF (Serviço de Inspeção Federal), que é o selo responsável por assegurar a qualidade de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis destinados ao mercado interno e externo, podendo comercializar seus produtos para qualquer Estado do país e, inclusive, exportá-los. Fornece seus produtos para mais de 42 escolas (distribuídas em duas regiões – Pombal, Catolé do Rocha e cidades circunvizinhas) e já está dando os primeiros passos para a comercialização dos produtos para o setor privado. Os principais produtos comercializados são as polpas de frutas, mas também comercializam geleias, alguns doces e ovos, conforme fotos anexas (ANEXO B).

Ainda de acordo com a entrevistada, a Cooperativa Agroindustrial Fonte de Sabor gera 15 (quinze) empregos de forma direta e mais de 50 (cinquenta) empregos de forma indireta (já que os fornecedores de frutas para confecção das polpas são agricultores da própria região). Além de beneficiar inúmeras famílias que aderiram ao projeto ao longo dos anos (estando priorizadas as 15 que ingressaram inicialmente). Contam também com um veículo próprio para entrega dos produtos, maquinário novo e tecnológico para produção das polpas de frutas, câmara fria e freezers para armazenamento. A estrutura física também foi ampliada, tendo em vista o aumento de funcionários e da demanda dos produtos, conforme fotos anexas (ANEXO C).

Cumpre salientar que a Cooperativa é representada por uma Logomarca com o desenho uma planta que brota da terra de forma ascendente (em alusão aos agricultores), as cores representam as frutas e o círculo demonstra a união do grupo, conforme foto anexa (ANEXO A). Importante também mencionar que a Fonte de Sabor possui convênio firmado com a Universidade Federal de Campina Grande – Campus Pombal, onde os discentes do Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos realizam estágio nas dependências da Cooperativa, contribuindo assim com o ensino e a pesquisa.

A partir da história de sucesso dessa Cooperativa Agroindustrial, é possível perceber o impacto positivo do agronegócio na renda de inúmeros brasileiros, além de proporcionar segurança financeira para todas as famílias integrantes do projeto.

No desfecho desta pesquisa, alcançamos uma compreensão mais profunda e abrangente sobre o papel das cooperativas no cenário do agronegócio brasileiro. Os

desafios enfrentados por essas organizações, notadamente em relação à gestão de riscos e à estabilização das fontes de renda, foram identificados e analisados de forma crítica. No entanto, o que se destacou de maneira notável foi a resiliência e a eficácia do modelo cooperativista, que se revelou capaz de superar obstáculos e gerar impactos positivos significativos.

O estudo de caso da Cooperativa Fonte de Sabor, localizada em Pombal, Paraíba, serviu como uma representação concreta desses impactos positivos. Através de práticas cooperativas sólidas e bem estabelecidas, essa cooperativa não apenas enfrentou os desafios inerentes ao setor, mas também se destacou como um farol inspirador, demonstrando de forma tangível como a cooperação pode ser uma força transformadora nas comunidades locais.

Os resultados obtidos indicam que as cooperativas, ao promoverem a união e a colaboração entre os membros, têm a capacidade não apenas de sobreviver, mas de prosperar. Ao superar desafios como a instabilidade financeira e a incerteza do mercado, essas organizações não apenas asseguram a sustentabilidade econômica de seus membros, mas também contribuem para o fortalecimento das comunidades rurais.

Assim, diante do exposto, é evidente que as cooperativas agropecuárias não são apenas agentes econômicos; são agentes de mudança social. A cooperação não só se revela como uma estratégia eficaz para enfrentar os desafios do agronegócio, mas também desempenha um papel vital na construção de comunidades mais resilientes, equitativas e sustentáveis. Nesse sentido, a experiência da Cooperativa Fonte de Sabor serve como um exemplo inspirador para outras iniciativas, destacando o potencial transformador das práticas cooperativistas no contexto do agronegócio brasileiro.

#### 4 Considerações finais

A partir da presente pesquisa, tornou-se possível obter um panorama geral da realidade brasileira no que concerne à inserção das cooperativas na cadeia do agronegócio. Além disso, ficou claro que embora esse tipo de atividade se mostre desafiador, principalmente com relação à segurança empreendedora, bem como, com relação à geração de renda fixa, tem dado certo e vem beneficiando inúmeras famílias e indivíduos, a exemplo do que se observa no estudo de caso realizado também neste estudo, da Cooperativa Fonte de Sabor, localizada no Município de Pombal, Estado da Paraíba.

Ao longo deste trabalho, exploramos de maneira aprofundada os diversos aspectos relacionados à inserção das cooperativas na cadeia do agronegócio, os modelos estratégicos de fomento à geração de renda e à segurança empreendedora. A pesquisa revelou insights valiosos e contribuições significativas para a compreensão da problemática abordada. Neste momento, é possível destacar algumas considerações finais que resumem os principais pontos abordados e delineiam possíveis direções para futuras investigações.

Primeiramente, evidenciamos a importância da abordagem metodológica utilizada, que se mostrou eficaz na coleta e análise de dados. A integração do método qualitativo proporcionou uma visão abrangente do fenômeno estudado, enriquecendo a qualidade das

conclusões apresentadas.

No decorrer da pesquisa, foram identificadas lacunas no conhecimento existente, sugerindo áreas que necessitam de investigações adicionais. Essas lacunas podem ser consideradas oportunidades para a expansão do campo de estudo, estimulando futuros trabalhos a explorarem novas perspectivas e aprofundarem determinados aspectos não totalmente elucidados.

Destaca-se também a relevância dos resultados obtidos, os quais têm implicações práticas e teóricas significativas. Tais descobertas podem contribuir para o aprimoramento de políticas, práticas profissionais ou teorias existentes, impactando positivamente o campo de estudo das cooperativas agroindustriais como um todo.

É crucial ressaltar as limitações deste estudo, reconhecendo que, embora esforços tenham sido despendidos para abordar uma variedade de aspectos, existem elementos que não foram totalmente explorados, a exemplo de legislações Estaduais e locais, que podem variar entre os Entes da Federação. Essas limitações fornecem oportunidades para investigações futuras, sugerindo áreas que demandam uma análise mais aprofundada.

Em síntese, este trabalho buscou oferecer uma contribuição substancial ao conhecimento científico sobre a inserção das cooperativas na cadeia do agronegócio, os modelos estratégicos de fomento à geração de renda e à segurança empreendedora. Ao refletir sobre as descobertas apresentadas, reforçamos a importância contínua do diálogo acadêmico e da investigação rigorosa para o avanço do conhecimento em nossa área de estudo. As considerações aqui expostas servem como um ponto de partida para novas pesquisas, incentivando o desenvolvimento e a evolução do campo científico.

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa, foi possível vislumbrar um cenário abrangente da situação das cooperativas no contexto do agronegócio brasileiro. Emergiu uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por essas organizações, particularmente no que diz respeito à gestão de riscos e à estabilização de fontes de renda. Contudo, evidenciou-se que, apesar desses desafios, o modelo cooperativista tem demonstrado eficácia e êxito, proporcionando benefícios substanciais a inúmeras famílias e indivíduos.

O estudo de caso da Cooperativa Fonte de Sabor, sediada no Município de Pombal, Estado da Paraíba, ilustrou de maneira concreta os impactos positivos que as cooperativas podem ter em comunidades locais. Através de práticas cooperativas bem estabelecidas, a Cooperativa Fonte de Sabor não apenas enfrentou os desafios inerentes ao setor, mas também se tornou um exemplo inspirador de como a cooperação pode ser uma força transformadora.

Um dos aspectos mais notáveis é a capacidade da cooperativa em gerar não apenas oportunidades de trabalho, mas também em promover uma distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos. Além disso, o caso da Cooperativa Fonte de Sabor destaca a importância da solidariedade e do compartilhamento de recursos, elementos fundamentais do modelo cooperativista.

Nesse contexto, é imperativo reconhecer que o sucesso das cooperativas no agronegócio não é apenas uma

questão de viabilidade econômica, mas também de construção de relações sociais sólidas e sustentáveis. A cooperação entre os membros, aliada a uma gestão eficaz, emerge como um fator crucial para a resiliência e prosperidade dessas organizações.

Portanto, à luz dos achados desta pesquisa, é possível concluir que as cooperativas desempenham um papel significativo na dinâmica do agronegócio brasileiro, contribuindo não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para a construção de comunidades mais resilientes e inclusivas. Recomenda-se que futuras pesquisas explorem ainda mais os fatores-chave que impulsionam o sucesso das cooperativas, visando aprimorar as práticas existentes e promover um ambiente mais favorável ao florescimento dessas iniciativas colaborativas.

Por fim, fica expressada toda gratidão aos colaboradores, instituições e financiadores que tornaram este trabalho possível. Que as descobertas apresentadas neste estudo inspirem e orientem futuros pesquisadores na busca pelo entendimento aprofundado dos fenômenos que moldam o nosso mundo e transformam substancialmente a vida de inúmeros cidadãos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Define as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.**

Brasil Cooperativo, **Cooperativismo- Classificação.** 2008.

BIALOSKORSKI Neto, S. **Agribusiness Cooperativo: Economia, Doutrina e Estratégias de Gestão.** Orientador: Evaristo Marzabal Neves. Piracicaba: USP/Esalq, 1994.

BIALOSKORSKI, Neto Sigismundo. **Aspectos Econômicos das Cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BIGNETTI, Luiz Paulo. **As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa.** Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BORGES, Mariana Assis et al. **Cenário competitivo para a inserção e desenvolvimento de agroindústrias: Um estudo de caso do município de Palmeira das Missões/RS.** Seven Editora, 2023.

CASTURA, John C. **tempR: Análise temporal de dados sensoriais.** In: Anais do 14º Simpósio AgroStat sobre Métodos Estatísticos para a Indústria de Alimentos, Lausanne, Suíça. 2016. Pág. 21-24.

CECHIN, A. **Cooperativas Brasileiras no Mercados Agroalimentares Contemporâneos: Limites e Perspectivas.** O Mundo Rural no Brasil do Século 21: A Formação de um Novo Padrão Agrário e Agrícola. 1. Ed.

Brasília, DF: Embrapa, 2014. P. 479–507.

CHRISTOFFOLI, P. I. **Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil.** In H. Novaes, A. Diogo Mazin & L. Santos (Eds.), *Questão agrária, cooperação e agroecologia* (pp. 155-171). Marília: Lutas Anticapital. (2019).

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan et al. **Políticas públicas e a disputa de modelos de desenvolvimento.** O PAA e PNAE sob ataque do agronegócio. In: Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária. São Carlos: ABPES. 2021.

DANIEL NETO, José. **Apicultura como geração de renda e inserção social: análise do arranjo produtivo local apicultura no sertão alagoano.** 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

DA SILVA, Roberto Marinho Alves. **Políticas públicas de economia solidária: avanços, desafios e perspectivas.** Diálogo, n. 18, p. 53-76, 2011.

DE MELO, Carla Janaína Mendonça et al. **A Cadeia Produtiva Familiar da Mandioca em Rondônia: Contextualização, Desafios e Perspectivas com a Adoção do Cooperativismo.** Humanidades & Inovação, v. 9, n. 13, p. 313-328, 2022.

DE JANEIRO, Rio. **Anais.** A Assembléia, 1976.

FLORES, M. **Assistência técnica e agricultura familiar. Inovações nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/ Paralelo, v.15, 2002.

FREIRE, Isa Maria. **Comunicação de informações tecnológicas para o meio rural.** Ciência da informação, v. 13, n. 1, 1984.

GIANEZINI, M. et al. **Competitividade, capacidade de inovação e desenvolvimento regional: inter-relações no contexto do agronegócio suinícola no oeste de Santa Catarina.** RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador, v. 15, n. 27, p. 16-24, jun. 2013.

HERBERS, Raul Geraldo. **Cooperativismo e desenvolvimento de comunidade rural: o caso da Holambra.** Universida de Estadual, 1989.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. **Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade.** Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, v. 12, n. 2, p. 92-108, 2007.

IACONO, Antonio; ALMEIDA, Carlos Augusto Silva de; NAGANO, Marcelo Seido. **Interação e cooperação de empresas incubadas de base tecnológica: uma análise diante do novo paradigma de inovação.** Revista de Administração Pública, v. 45, p. 1485-1516, 2011.

JANK, M. S. **A inserção do Brasil e do setor cooperativo no mercado mundial de produtos agroindustrializados.** Piracicaba, FEALQ – ESALQ-USP, 1992.

LAGO, A.; SILVA, T. N. **Fatores condicionantes ao desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos.** Porto Alegre: SESCOOP/RS. 2011.

LAMARCHE, H. **Introdução geral. A Agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: Editora

da UNICAMP, 1993. V.1, p. 13-33.

LINS, Maria Luiza; PIRES, Silva. **Velhas Alianças e Novos Compromissos: Extensão Rural e Cooperativismo Agrícola no Brasil**. Revista de Extensão e Estudos Rurais, v. 7, n. 1, p. 118-140, 2018.

MEDEIROS, Alzira. **Programas e ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal**. 2005. 2009.

MICHELS, V. **Uma contribuição à análise dos princípios de administração financeira aplicados a sociedades cooperativas de produção agrícola**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 2000.

MINEIRO, Alessandra Ferreira; FUCHS, Angelo Giuseppe Povoleri; CARVALHO, Eduardo Jorge Lins de. **A atuação com parceiros no apoio a empreendimentos de baixa renda**. BNDES Setorial, n. 33, mar. 2011, p. 89-120, 2011.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2014/2015 a 2024/2015**. 2015.

MOURA, Iracema Ferreira de et al. **Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no período 2003-2014**. 2016.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília, OCB. 1996.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília, OCB. 2020.

PINHO, D. B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

PINHO, Diva B. **Lineamento da legislação cooperativa brasileira**. Manual de Cooperativismo, v. 3. São Paulo, CNPq. (1996).

PIRES, M. L. L. S. e CAVALCANTI. J. S. B. **Cooperativismo, fruticultura e dinâmicas sociais rurais: Uma nova onda de cooperativas no Vale do São Francisco**. In: SILVA, A. G. S.; CAVANCANTI, J. S. B. e WANDERLEY M. N. B. Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no nordeste do Brasil. João Pessoa: Zarinha, 2009, p. 115-138.

PUNTEL, J. A., PAIVA, C. A. N., RAMOS, M. P. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. 2011.

REIS, D. dos et al. **Empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável**. Caderno de Administração, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v. 14, n. 2, p. 14-24, jul./dez. 2006.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria, UNSF, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

REUS, Luana Figueira et al. **Panorama dos Modelos de Cooperativas no Brasil**. In: XV Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. 2015.

SCHALLENBERGER, Ernelo. **Cooperativismo e desenvolvimento comunitário**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 2, p. 9-26, 2003.

RODRIGUES, R. **Novos rumos do cooperativismo**. In: XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Brasília, p. 90-96, novembro de 1997.

RODRIGUES, Helder Epifane et al. **Empreendedorismo e Empoderamento da Mulher na Agricultura Familiar: Estudo de Caso no Nordeste Paraense, Amazônia Brasileira**. Orbis Latina, v. 13, n. 1, p. 62-77, 2023.

SANTOS, Ana Carolina Marion; CONCHETO, Celso Luiz. **Empreendedorismo Social: Desenvolvimento de um Modelo de Desenvolvimento Sustentável no Contexto Socioambiental De**. Revista da Micro e Pequena Empresa, v. 3, n. 1, p. 95-117, 2009.

SCHNEIDER, S., NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. IX Simpósio Nacional do Cerrado e II Simpósio Internacional das Savanas Tropicais. 2009. Cap. 33. Pag. 34-60. 2009.

SILVA, Emanuel Sampaio et al. **Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências**. Revista uniRcoop, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead, 2001. 120 p.

VIANA, André Luciano. **Internacionalização de cooperativas agropecuárias brasileiras: ampliação da estratégia competitiva nacional**. 2020.

VIANA, Me André Luciano; HAFFNER, Jacqueline A. **A Internacionalização do Cooperativismo Brasileiro: A Relação Entre o Trabalho Contemporâneo e o Desenvolvimento Econômico**. 2018.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral e do Brasil: Volume Único**. São Paulo: Scipione, 2001. (Série Parâmetros).

TYGEL, D., Economia Solidária. In: FERRARO JUNIOR, L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília. MMA/DEA. 2013.

ZANCO, A. M., EGGERS, A., KLESENER, H. M., HORT J. V., NANDI, T. F. A. **Ética e a Bioética na Produção, Organização e Consumo de Alimentos: desafios para a Segurança Alimentar**. In: AHLERT, A.; NEUKIRCHEN, L. C. (Org.). Ética e bioética do desenvolvimento sustentável. Curitiba-PR. 2017.

ZYLBERSZTAJN, D. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. Agronegócio Cooperativo: reestruturação e estratégias**. In: XIV Seminário de Política Econômica, Cooperativismo e Agronegócio. Viçosa: UFV, DER, 2002.